

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Helga Gahyva

DO PUNJAB À SERRA DO MAR: NOTAS
SOBRE AS AFINIDADES ENTRE O
ARIANO DE ARTHUR DE GOBINEAU E
O BANDEIRANTE DE PAULO PRADO

GAHYVA, Helga

DO PUNJAB À SERRA DO MAR: NOTAS SOBRE AS
AFINIDADES ENTRE O ARIANO DE ARTHUR DE GOBINEAU
E O BANDEIRANTE DE PAULO PRADO

R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 182(486): 251-274, mai./ago. 2021

Rio de Janeiro
mai./ago. 2021

DO PUNJAB À SERRA DO MAR: NOTAS SOBRE AS AFINIDADES ENTRE O *ARIANO* DE ARTHUR DE GOBINEAU E O *BANDEIRANTE* DE PAULO PRADO

FROM PUNJAB TO SERRA DO MAR: NOTES ON THE AFFINITIES BETWEEN ARTHUR DE GOBINEAU'S *ARIANA* AND PAULO PRADO'S *BANDEIRANTE*

HELGA GAHYVA¹

Resumo:

Trata-se de artigo cujo objetivo consiste em investigar as afinidades eletivas entre Arthur de Gobineau e Paulo Prado por meio da análise dos grandes heróis de suas epopeias históricas: o ariano e o bandeirante, respectivamente. A análise baseia-se na hipótese segundo a qual ambos compartilham certo *ethos* aristocrático que, não obstante suas diferenças, permite colocar suas obras em diálogo.

Palavras-chave: Arthur de Gobineau; Bandeirantismo; Paulo Prado; Pensamento Social Brasileiro; Racialismo.

Abstract:

We aim to investigate the elective affinities between Arthur de Gobineau and Paulo Prado through the analysis of the great heroes in their historical epics Aryan and Bandeirante, respectively. The analysis is based on the hypothesis that both share a certain aristocratic ethos that, despite their differences, allows them to place their works in dialogue.

Keywords: Arthur de Gobineau; bandeirantism; Paulo Prado; Brazilian social thought; racialism.

Introdução

Nascido em 1869, Paulo Prado publica sua curta, porém contundente obra, durante os anos 1920. Trata-se de um conjunto de reflexões maduras em mais de meio século de uma vida que acompanhou algumas das maiores transformações no cenário social, político e econômico brasileiro, dentre as quais se destacam o fim do regime servil de trabalho e a transição da monarquia para república.

1 – Professora Associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: helga.gahyva@gmail.com.

Filho de Antônio² e sobrinho de Eduardo³, ele testemunhou tais mudanças a partir de lugar bastante específico: se a estabilização do novo regime de governo concretizara a hegemonia dos cafeicultores do Oeste paulista, foram os Silva Prado agentes privilegiados desse processo⁴. O pródigo rebento não destoou de suas origens, compatibilizando sua atividade propriamente intelectual ao envolvimento com os negócios familiares, situação que lhe permitiu, por exemplo, ser o principal mecenas da Semana de Arte Moderna de 1922⁵.

Seus vínculos com o movimento modernista não contradizem, todavia, a adesão a certo conservadorismo⁶. Como nota Berriel, é sobretudo por meio de Paulo Prado que se expressa a “dimensão de continuidade

2 – Descendente de abastada família paulista ligada à lavoura cafeeira, Antônio da Silva Prado (1840-1929), formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A partir de 1865, dividiu-se entre a carreira política e suas atividades jornalísticas. Conduziu, em 1871, a formação da Sociedade Auxiliadora de Colonização e Imigração, da qual se tornou vice-presidente, e, em 1886, a Sociedade Promotora da Imigração. Foi titular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do gabinete Cotegepe, entre os anos de 1885 e 1887. Neste último ano, tornou-se senador; em 1888, conselheiro do Império e, mais uma vez, ministro da agricultura, desta feita sob a chefia de João Alfredo. A mudança de regime não reduziu sua importância no cenário político: apesar de ter dedicado a maior parte da última década do século XIX aos seus negócios familiares, elegeu-se prefeito de São Paulo em 1899, cargo que ocupou durante 12 anos. Após a experiência, manteve-se figura de destaque tanto no ramo empresarial como na arena pública.

3 – Também formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, o monarquista Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901) foi jornalista, escritor e esteve entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras. Em 1893, lançou *A ilusão americana*, sua obra mais conhecida. PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2005.

4 – ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um tipo paulista, o bandeirante*. Cuiabá: EdUFMT, 2019, p. 141. WALDMAN, Thais Chang. *Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010, 237p., p. 33, 157.

5 – AGUIAR, Isabel Cristina Domingues. *Paulo Prado e a Semana de Arte Moderna: ensaios e correspondências*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014, 151p.; CALIL, Carlos Augusto. Um brasileiro de São Paulo. In: PRADO, Paulo. *Paulística etc.* São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 9-42, p. 15; CALIL, Carlos Augusto. Paulo Prado, entre tradição e modernismo. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 132-143, p. 134.

6 – DUTRA, Eliana. O Não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu retrato do Brasil. In: *Estudos Históricos*, v.14, Rio de Janeiro: FGV, p.233-52, p. 234, 2000.

no Modernismo”, movimento no qual “ruptura estética [...] nem sempre significou ruptura social”⁷.

É na tensão dialética entre tradição e novidade que, em *Tietê, Tejo, Sena*, esse intérprete inscreve o universo pradiano⁸. Analisando o impacto das ideias da Geração de 1870 lusitana sobre a formação intelectual do jovem Paulo, Berriel conclui que “[...] era tarde demais para que fosse romântico e cedo demais para que fosse modernista⁹”. Essa condição refletia-se, igualmente, no recurso simultâneo a certos pressupostos racialistas e modernistas na elaboração de sua narrativa sobre a formação histórica e social brasileira¹⁰.

Tornou-se famosa a passagem de *Retrato do Brasil* onde ele rechaça a doutrina sobre a desigualdade das raças desenvolvida pelo escritor e diplomata francês Arthur de Gobineau¹¹. Entretanto, a despeito de sua objeção, este artigo os coloca em diálogo por meio da investigação das semelhanças entre os grandes heróis de suas narrativas históricas. Pretende-se revelar como, não obstante suas substanciais diferenças, eles constroem epopeias lideradas por personagens, apresentados como “tipos raciais”, cujas características apresentam notáveis convergências: o ariano e o bandeirante, respectivamente.

À análise dessa proximidade subjaz a hipótese segundo a qual Gobineau e Prado compartilham “continuidades subterrâneas¹²” deriva-

7 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papirus, 2000, p. 11.

8 – Ecos dessa interpretação são encontrados em AGUIAR, Isabel Cristina Domingues, *op. cit.*, p. 11; CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2004, p. 32; CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2009, p. 138; DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho. Tristeza tupiniquim: a melancolia brasileira no retrato do Brasil de Paulo Prado. In: *I Encontro Memorial do ICHS (UFOP)*, Mariana. Anais... Mariana, p. 4, 2004. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/15520295/claudio-lucio-de-carvalho-diniz-ichs>. Acesso em: 26.08.2020; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 30, 34.

9 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 28.

10 – DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho, *op. cit.*, p. 5, 10.

11 – PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: IBRASA, 1981, p. 223-224.

12 – BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007, p. 54.

das de similar *ethos* aristocrático. Essas afinidades eletivas são aqui evidenciadas, especialmente, pela correlação que estabelecem entre as disposições morais daquelas duas individualidades históricas e ordenações sociais onde a força das linhagens resiste ao ímpeto centralizador do poder público. Em ambos os casos, essa sugestão informa certa imagem da decadência que se confunde com o aviltamento das liberdades regionais em face do fortalecimento da autoridade governamental.

O Ariano

Publicado na primeira metade dos anos 1850, o hoje conhecido *Essai sur l'inégalité des races humaines*¹³, de Gobineau, encontrou morna acolhida à sua época¹⁴. Por uma série de razões, o livro foi resgatado, na virada do século XIX para o XX, transformando doravante seu autor em fundador do racismo moderno¹⁵. Contudo, já demonstramos alhures que, analisado em conjunto, o grande tema articulador de sua obra não fora a desigualdade entre as raças, mas a crítica à centralização monárquica e seu correlato ideal igualitário¹⁶. Neste sentido, seu esforço intelectual buscava estabelecer alguma forma de hierarquia própria aos tempos democráticos. Se, conforme sugeriu Evans-Pritchard, “A proclamação da igualdade fez explodir um modo de distinção centrado no social, mas que misturava indistintamente aspectos sociais, culturais, físicos¹⁷”, o *Essai* fora a colaboração de Gobineau em direção à formulação de um critério racial capaz de fundar a diferença entre homens tornados iguais.

Dentre as diversas razões para o insucesso do livro, destaca-se o flagrante pessimismo subjacente à sua concepção de miscigenação. Afinal, ele afastava-se tanto da perspectiva racialista otimista, que via na mistura a possibilidade de universalização dos valores ocidentais, quanto de sua

13 – Doravante, apenas *Essai*.

14 – GAHYVA, Helga. *O inimigo do século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882)*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2012, p. 74.

15 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, 2012, p. 107-119.

16 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, 2012, p. 58.

17 – EVANS-PRITCHARD, Edward, *apud* DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 314.

versão cética, que a condenava. Segundo ele, a fusão étnica explicaria simultaneamente a ascensão e a queda das civilizações. Trata-se de processo irreversível em estado já avançado: a humanidade caminharia em direção à ruína.

Gobineau atribuía exclusivamente a uma variedade específica da raça branca, a ariana, uma *lei de atração* que a impelia à miscigenação. A história do desenvolvimento e da falência das diversas civilizações que povoaram o globo teve sua gênese na Sogdiana, na Ásia Central, e no Punjab, no norte do subcontinente indiano, de onde, guiado por seus penhores para a mistura, dispersou-se esse grupo mundo afora. Movimento inelutável, uma vez que, a despeito de suas qualidades, faltariam aos arianos certas características sem as quais seria impossível a constituição de uma civilização. *Primeira conclusão*: não há civilizações sem a contribuição das três raças humanas.

Mas, reitera-se, a miscigenação era igualmente responsável pelo definhamento das civilizações, pois ela trazia consigo a *degeneração*, princípio de dissolução do corpo social:

Penso, então, que a palavra degeneração, aplicando-se a um povo, deve significar e significa que esse povo não tem mais o valor intrínseco que outrora possuía, porque ele não tem mais em suas veias o mesmo sangue, já que combinações sucessivas lhes modificaram gradualmente o valor; em outras palavras, ainda que mantendo o mesmo nome, ele não conservou a mesma raça que seus fundadores; enfim, que o homem da decadência, aquele que chamamos homem degenerado, é um produto diferente, do ponto de vista étnico, do herói das grandes épocas. [...] Os elementos heterogêneos que predominam nele compõem, apesar de tudo, uma nacionalidade inteiramente nova e deveras desconhecida em sua originalidade; ele não mais pertence àqueles que ainda chama de país, a não ser de modo muito colateral. Ele morrerá definitivamente, e sua civilização com ele no dia em que o elemento primordial se encontrará tão subdividido e afogado nesses aportes das raças estrangeiras, no dia em que a virtualidade desse elemento já não exercerá uma ação suficiente. Ela não desaparecerá, certamente, de maneira absoluta; mas, na prática, ela estará tão enfraquecida, que sua força se tornará cada vez menos sensível, e é nesse

momento que a degeneração poderá ser considerada como completa, e todos os seus efeitos aparecerão¹⁸.

Para comprovar suas hipóteses, ele procurou demonstrar que, se aqueles grupamentos humanos merecedores, em sua interpretação, do epíteto de civilização, contaram, em sua formação, com a presença do elemento ariano, contemporaneamente esse grupo estava virtualmente extinto. Eis a singularidade dos tempos atuais: desta feita, comprometera-se a heterogeneidade. As combinações étnicas, agora indomáveis e unívocas, nivelaram aquilo que, outrora, mantivera-se múltiplo. A moderna civilização europeia convertera-se n'a *era da unidade*, versão gobiniana para o fim da história:

[...] o último termo da mediocridade em todos os gêneros: mediocridade de força física, mediocridade de beleza; mediocridade de aptidões intelectuais, podendo-se quase dizer “vazio”. Esta triste herança, cada um possuirá uma porção igual; motivo algum existe para que um tal homem tenha um lote mais rico que um tal outro; [...] todos os homens se parecem. [...] Eles terão a mesma dose de forças físicas, direções idênticas em seus instintos, medidas análogas em suas faculdades, e este nível geral, mais uma vez, será a mais revoltante humildade¹⁹.

Segunda conclusão: a hierarquia racial de Gobineau naufragou no seu próprio imobilismo, pois se o ímpeto regenerador ariano remonta a épocas pretéritas, não poderia fundamentar um princípio de distinção no presente. Ciente da impossibilidade, ele transitou da hierarquia racial à individual, substituindo sua concepção de nobreza de raça por outra mais ampla – e talvez exequível: a nobreza espiritual.

O deslocamento é visível em *Les Pléiades*, romance publicado em 1872, onde ele aderiu à ideia segundo a qual “não há mais classes, não há mais povos, mas somente, em toda Europa, certas individualidades

18 – GOBINEAU, Arthur de. *Œuvres*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1983a, p. 162-163.

19 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983a, p. 1164.

que boiam na superfície como fragmentos sobre um dilúvio²⁰”, aqueles a quem o autor denomina “*fls de roi*”²¹.

Esse critério de distinção, todavia, levou o francês a nova encruzilhada. Se ele admitia a presença de vigorosas individualidades em um mundo gradativamente medíocre, um “ser de elite” carecia de missão regeneradora; sua tarefa era para consigo próprio²². Não havia salvaguardas quanto ao futuro: a probabilidade era a de que os “*fls de roi*” se tornassem progressivamente incomuns ou, mais radicalmente ainda, condenados à extinção. A hierarquia individual de Gobineau incorria naquele obstáculo que fora insuperável no *Essai*: a falta de representantes.

Sua busca por outro princípio hierárquico o conduziu a *Histoire de Ottar Jarl, pirate norvégien, conquérant du pays de Bray en Normandie et de sa descendance*²³, último livro do autor, editado em 1879, onde ele narrava suas supostas memórias genealógicas. Trata-se de combinar os critérios racial e individual para conformar derradeira tentativa de fundar uma distinção no mundo dos iguais: a hierarquia familiar.

Gobineau tentava escapar tanto da generalidade de um fundamento racial hodiernamente ineficaz, quanto do individualismo atomista subjacente às pessimistas conclusões de *Les Pléiades*. Enquanto o *Essai* garantia que o homem existia somente como componente de sua raça e, naquele romance, ele apenas resistia à animalidade fechado em si mesmo²⁴, a síntese viria em *Ottar Jarl*: seria na qualidade de membro da família que o homem obteria significado.

O novo princípio de distinção, contudo, comprometia-se em seu nascedouro. Segundo Arthur de Gobineau, era ele o último exemplar de sua

20 – GOBINEAU, Arthur de, *apud* GAULMIER, Jean. Les Pléiades: notice. In: GOBINEAU, Arthur de. *Œuvres*. Tomo III. Paris, Gallimard, 1983b, p. 934.

21 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983b.

22 – GAHYVA, Helga. Em Burbach eu sou amigo do rei: um estudo sobre *Les pléiades* (1874), de Arthur de Gobineau”. In: *Escritos*: Revista do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, ano 2, n° 2, p. 283-300, 2009.

23 – Doravante, apenas *Ottar Jarl*.

24 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983b, p. 18-19.

linhagem. Em sua autoatribuída qualidade de *filis de roi*, o francês não nomeava sucessores. *Ottar Jarl*, a seu modo, ratificava as conclusões do *Essai*: a inviabilidade de regeneração trazia consigo a *era da unidade*. Por isso, a hierarquia era necessariamente provisória. Assim, em sua última obra, ele aderiu irrevogavelmente à resignação e, por meio de sua ficção familiar, assegurava a inevitável decadência da nobreza ariana.

O triplo esforço de Gobineau representa momentos diversos e consecutivos de uma obra que se constitui como espécie de “epopeia da decadência²⁵”. Para os fins do presente artigo, interessa resgatar, por trás de suas tentativas de estabelecer novos princípios hierárquicos no mundo moderno, a feição do protagonista de sua narrativa: o derrotado herói ariano.

Já sabemos que ele é dotado de uma lei de atração que o leva a romper com “o espírito de isolamento [...] inerente à espécie humana²⁶”. Superando a homogeneidade racial originária, o ariano tempera suas limitações com qualidades próprias aos outros grupos étnicos. Seu extraordinário instinto de liberdade, por exemplo, apesar de reiteradamente elogiado por Gobineau, continha em si os germens da anarquia. Se a ânsia de independência tornava-o pouco afeito a princípios de autoridade fundados em valores racionais e abstratos, ao fundir-se com a raça amarela, adquiria certo senso de utilidade inatingível ao puro ariano; ao unir-se ao negro, por outro lado, desenvolvia o ímpeto imaginativo propulsor do florescimento artístico.

Seguindo o “paradoxo trágico²⁷” da miscigenação, a saudável contenção do espírito guerreiro, necessária para a vida associativa, comprometia, paulatinamente a mais destacada característica ariana: a coragem

25 – DREYFUS, Robert. Le cas Gobineau: Gobineau est-il responsable de Hitler?. *Revue de Paris*, vol. 5, p. 595, set. 1933; GAHYVA, Helga. A epopeia da decadência: um estudo sobre o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), de Arthur de Gobineau. In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro: v. 17, nº 3, p. 501-518, 2011.

26 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983a, p. 166.

27 – TAGUIEFF, Pierre-André. *La couleur et le sang: doctrines racistes à la française*. Paris: Mille et une nuits, 2002, p. 51.

enérgica. Mas se o destino da marcha rumo à fusão étnica – a degeneração - era inexorável -, sua dinâmica processual permitia a identificação de certo “ponto ótimo”.

Conforme dito mais acima, a despeito das intenções de Gobineau, interessa-nos interpretar sua obra – e o *Essai*, especificamente – como reação à democracia²⁸. Já discutimos, em outros trabalhos, como a tradição germanista, própria ao liberalismo aristocrático francês do século XVIII, encerra uma reflexão que informou simultaneamente os pensamentos liberal e racialista do século XIX²⁹. Como nota Aron³⁰, foram Alexis de Tocqueville e Gobineau, respectivamente, seus derradeiros representantes. Guardadas suas divergências, eles compartilham um legado intelectual estabelecido sobre uma tríplice identificação: no eixo negativo, *centralização / igualdade / homogeneidade*; no positivo, *descentralização / liberdade / heterogeneidade*³¹, tal como se observa, de modo exemplar, n’*O Antigo Regime e a Revolução*³²: a formação do Estado francês desenvolveu-se como um lento movimento por meio do qual as liberdades locais, fomentadoras da heterogeneidade social, sucumbiram à sanha igualitária do poder real.

Gobineau reiterava, nos diversos casos de formação e ruína das civilizações que povoam seu tratado sobre as raças, espécie de momento privilegiado – efêmero por princípio – no qual a mestiçagem revelava suas potencialidades positivas. Não obstante as particularidades das distintas civilizações estudadas no *Essai*, as narrativas históricas convergem para um padrão de desenvolvimento marcado por fraco poder central,

28 – Entendida, aqui, no sentido tocquevilliano de “igualdade de condições”. Trata-se, portanto, de forma de igualdade cujo antônimo não é a desigualdade, mas a hierarquia. Cf. TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

29 – GAHYVA, Helga. De Boulainvilliers a Tocqueville: da liberdade como defesa de privilégios à liberdade como defesa de diferenças. In: *Sociologias*, Porto Alegre: n° 31, p. 168-190, 2012.

30 – ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1987, p. 64.

31 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, 2011, p. 506.

32 – TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1987.

preservação das distinções estamentais, monarquia eletiva e hereditária. A estes elementos subjazeria um contrato social entre iguais, por meio do qual os guerreiros arianos reprimiriam seu excessivo gosto pela liberdade, submetendo-se a um restrito e limitado poder comum, mal necessário perante o qual eles se dobravam ponderadamente com fins utilitários.

O instante privilegiado, contudo, fora sempre véspera da fatal degeneração. Em comum aos exemplos analisados por Gobineau, identificamos similar processo por meio do qual as antigas hierarquias soçobravam em face de ideais democráticos. Em outras palavras, aquele abastardamento dos poderes locais, inscrito na história da formação do Estado moderno – a centralização –, cumpria sua obra: a vitalidade e a pluralidade singulares à organização hierárquica cediam seu espaço à ordem igualitária. A decadência de certa civilização não impedia, porém, a emergência de outra. Modernamente, entretanto, comprometeu-se aquela energia ariana capaz de represar as vogas igualitárias. Ao contrário de Tocqueville, para quem era necessário “instruir a democracia³³”, Gobineau recusava a ordem presente, decretando seu breve colapso, e aderiu à idealização de um glorioso e nostálgico passado feudal. “Sou um homem da Idade Média e aí fico”³⁴.

O Bandeirante:

“[...] o mundo de 1934 difere tanto do mundo de 1850 como este do mundo da Idade Média³⁵”, declara Paulo Prado no “Prefácio à 2ª Edição” de *Paulística*. A sentença poderia resumir, hiperbolicamente, o abismo que o separava de Arthur de Gobineau. Não são suas explícitas distâncias, todavia, o alvo do nosso interesse. Ao contrário, pretendemos, nessa sessão, abordar a construção do tipo bandeirante para, a seguir, aproximá-lo ao protagonista do *Essai*.

33 – TOCQUEVILLE, Alexis de, *op. cit.*, 1998, p. 12.

34 – RAEDERS, George (org.). *D. Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondências inéditas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938, p. 361.

35 – PRADO, Paulo. *Paulística etc.* São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 50.

Se o francês tinha a ambição de formular uma filosofia da história universalmente válida, os objetivos de Prado eram bem mais circunscritos. Ainda que ele inicie seu mais famoso livro, *Retrato do Brasil*, associando o momento histórico do Renascimento “[...] ao misterioso impulso que de séculos em séculos põe em movimento as massas humanas, após os longos repousos em que as civilizações nascem, se desenvolvem e morrem³⁶”, seu interesse era compreender a formação e os impasses da jovem nação onde nascera, o Brasil. Neste sentido, enquanto Gobineau tentara formular uma teoria geral sobre a miscigenação, a Prado interessava analisar as misturas raciais processadas especificamente em solo nacional. Em outros termos, sua preocupação consistia em analisar quais foram as consequências das fusões étnicas entre portugueses, indígenas e africanos na colônia portuguesa.

Se há controvérsias quanto ao peso atribuído por ele aos fatores étnicos na economia interna de sua obra³⁷, parece haver consenso quanto à forma ambígua com a qual ele tratava o tema racial³⁸. Por um lado, insinuava adesão ao postulado da igualdade entre as raças, afirmando que “[...] o cavalo de batalha de Gobineau [...] é questão que a ciência vem resolvendo no sentido negativo³⁹”. Ao atribuir ao passado escravocrata grande parcela de responsabilidade pelos males da população negra⁴⁰, Prado sugeria que as diferenças raciais não seriam de ordem qualitativa.

36 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 150.

37 – AGUIAR, Isabel Cristina Domingues, *op. cit.*, p. 238; ANDRADE, Yara Rodrigues de. *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2008, 122p., p. 79; BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 143; DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho, *op. cit.*, p. 11; FERREIRA, Clayton José. *História na Primeira República: perspectivas ético-políticas nos ensaios de Paulo Prado e Manoel Bomfim*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mariana, 2016, 127p., p. 71.

38 – AGUIAR, Isabel Cristina Domingues, *op. cit.*, p. 36; DUTRA, Eliana, *op. cit.*, p. 238; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 133.

39 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 136. Em “Cristãos-novos em Piratininga”, escrito dois anos antes da publicação de *Retrato do Brasil*, era mais intensa a hesitação de Prado quanto à “controvertida questão das raças”: “A ciência, apesar das suas conquistas modernas, ainda não conseguiu resolver o problema”. PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 130.

40 – PRADO, Paulo, *op. cit.* 1981, p. 88, 99-103, 118, 139.

Por outro ângulo, não era sem reservas que ele avaliava o fenômeno da miscigenação⁴¹. Se todas as raças, isoladamente consideradas, assemelhavam-se em suas possibilidades de desenvolvimento, suas misturas gerariam frutos essencialmente desiguais. Sua convicção fundamentava-se na análise da constituição de dois produtos raciais derivados dos cruzamentos processados durante nossa história colonial: o mulato e o mameluco⁴², produtos da mistura dos portugueses⁴³ com o negro e o índio, respectivamente.

Em seu afã de estabelecer um princípio interpretativo único, a hierarquia racial, Gobineau rechaçou a *doctrine des milieux* no sexto capítulo do primeiro livro do *Essai*, intitulado “Tanto no progresso como na estagnação, os povos são independentes dos lugares que habitam⁴⁴”. Em oposição, era exatamente na importância atribuída aos fatores geográficos que se encontrava o elemento-chave da avaliação de Prado sobre esses dois grupos mestiços⁴⁵.

41 – DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho, *op. cit.*, p. 6; PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 49; PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 137; VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. In: *Revista Tempo*, Niterói: v. 8, p. 7-22, p. 4, 7, 1999.

42 – Apesar de Prado grafar *mamaluco*, seguimos, aqui, parte expressiva de seus intérpretes, optando por *mameluco*. Sobre o recurso aos dois termos, ver MONTEIRO, Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, p. 9, 1994.

43 – Segundo Prado, o Brasil fora, inicialmente, ocupado pelo português da Renascença: “Nos primeiros tempos, padres e conquistadores vinham da mesma origem, que era essa aventureira época de todas as audácias e em que surgia um mundo novo para a multiforme atividade humana”. PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 102. Esse “tipo perfeito de aventureiro” fora substituído pelo português da decadência. PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 89. Como nota Berriel, “Estavam dadas pois as condições para que surgisse o paulista como uma raça, e isto se deu ao findar o século XVI: em meio ao século, o cruzamento das mencionadas etnias já teria alcançado uma nova expressão étnica. A rapidez desse processo é essencial para a teoria que Paulo Prado está desenvolvendo: afinal, o componente lusitano da nova raça advém do período heroico, camoniano, e não do posterior, decadente e degenerado, como o desenha Oliveira Martins. *Fins do século XVI* significa não apenas o nascimento da raça paulista, mas também o início da decadência dos povos peninsulares”. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 141.

44 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983a, p. 190.

45 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 73, 212.

O mulato é, essencialmente, o mestiço litorâneo. Localizado nas portas de acesso da vida colonial, originou-se, em grande medida, da mescla do português decadente com o negro degradado pela escravidão. Mesmo sendo, metonimicamente, o protagonista de *Retrato do Brasil*, dada sua condição de representante privilegiado da “mixórdia racial do resto do país⁴⁶” e, portanto, de nosso “povo triste⁴⁷”, Prado, em certo sentido, debruçou-se pouco sobre esse personagem. Em primeiro lugar, por identificar, no país, progressivo movimento de arianização da população⁴⁸. Mas, mormente, porque o mulato, posto que costeiro, é, também, *o outro*.

Ele não é o mameluco. Em oposição a amálgamas raciais descontrolados e, portanto, de mais difícil caracterização, formou-se, no isolamento proporcionado pela imponente Serra do Mar, esse tipo étnico novo derivado, sobretudo – mas não exclusivamente⁴⁹ – a, da fusão do elemento autóctone com o português da Renascença⁵⁰. Ora, se fora Prado um dos principais divulgadores da tese do caráter decadente dos colonizadores lusitanos⁵¹, admitindo, assim, que sua terra natal tenha recebido seu contingente de degredados, sua narrativa não se furtava a identificar, na formação local, “vinte e sete cavaleiros fidalgos [...], tronco primitivo de quase todas as cinquenta e duas famílias paulistas de ascendência conhecida⁵²”. Menos importante, porém, do que a origem social desses pio-

46 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 14.

47 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 17.

48 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 137-138.

49 – Apesar de acentuar, na gênese do tipo paulista, as contribuições das populações indígenas e portuguesas, Prado não se abstém de indicar o aporte de outros grupos: “Do cruzamento do forte sangue português quinhentista, dos franceses, castelhanos e flamengos com as cunhas, o mamaluco surgiu perfeitamente aparelhado para o seu destino histórico. A montanha isoladora dos contágios decadentes do litoral [...] – todos esses fatores conjugados criaram um admirável exemplar humano, belo como um animal castiço, e que só puderam realizar nessa perfeição física os homens da Renascença italiana, quando César Bórgia seduzia o gênio de Maquiavel”. PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 147.

50 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 190; PICOLI, Fabíola. *Terra Roxa e outras terras: modernismo e paulistanidade*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas (Unicamp). Campinas, 2008, 162, p. 110; PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 90.

51 – VAINFAS, Ronaldo, *op. cit.*, p. 5.

52 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 74. Ver, também, PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 27-28.

neiros era, em primeiro lugar, o fato de que os descendentes do “tronco de grande linhagem mestiça⁵³” de João Ramalho compartilhavam similar caráter “individualista e anárquico, ávido de gozo e vida livre” que lhes facilitou adaptação à vida colonial⁵⁴. Esse tipo de colono, entretanto, fora logo substituído pelo “português da governança e da fradaria⁵⁵” que, desprovido daquele ímpeto audacioso, permanecera no litoral, misturando-se a “toda a espuma turva das velhas civilizações⁵⁶”. Em contraste, a segregação geográfica manteve São Paulo distante desse elemento “já garfado do germe da decadência⁵⁷”, tornando a região imune ao declínio da metrópole enquanto, em seu interior, gestava-se a mistura do “índio nômade [...] e do branco aventureiro, audacioso e forte⁵⁸”. Se, para ele, “A mestiçagem do branco e do africano ainda não está definitivamente estudada. É uma incógnita⁵⁹”, não lhe restavam dúvidas quanto às qualidades superiores dos mamelucos⁶⁰.

Tema central da reflexão de Prado, a “função seletiva⁶¹” do Caminho do Mar atuara como espécie de “cordão sanitário⁶²”: simultaneamente dificultara o contato da região com os decadentes centros litorâneos⁶³ e permitira a reprodução endogâmica⁶⁴ capaz de equilibrar a mescla racial. Mas os efeitos dessa segregação evidenciavam-se, também e acima de tudo, sob o ponto de vista político: comprovação da existência pretérita de uma “raça paulista⁶⁵”, o mameluco “desprezava as ordens e instruções além-mar para só atender aos seus interesses imediatos e à ânsia de liber-

53 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 29.

54 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 44.

55 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 90.

56 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 26.

57 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 89.

58 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 78.

59 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 138. Como nota Berriel, “Para Paulo Prado, há uma miscigenação ‘certa’, a paulista, da qual não participa o negro, e a outra, brasileira”. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 209.

60 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 137.

61 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 72.

62 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 133.

63 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 72.

64 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 131.

65 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 79.

dade e riquezas⁶⁶”. É nesse comportamento insubmisso, atrelado àquela combinação entre espírito errante e audacioso, que Prado localiza a gênese do grande herói de sua epopeia:

O bandeirismo é um resultado da localização do paulista no seu altiplano; a sua expansão, como se deu, era fatal e lógica. [...] a bandeira resumiu todas as qualidades e defeitos da raça que se apura na segregação da montanha⁶⁷.

Trata-se, entretanto, de narrativa coletiva. A valorização de certo passado paulista começara nos últimos anos do Império, constituindo-se como estratégia de fazendeiros do Oeste paulista filiados às forças republicanas locais⁶⁸. Iniciava-se, no último quartel do século XIX, um movimento federalista, prenhe de demandas descentralizadoras, que se justificava historicamente por meio da promoção de “uma autovisão construtiva da coletividade regional⁶⁹”, edificada sobre um idílico passado local, no qual os ideais de liberdade seriam diques à tirania governamental⁷⁰. Nesse momento, ainda não emergia plenamente o “culto ao bandeirante⁷¹”, mas já se associava a particularidade paulista à pujança da iniciativa privada⁷² em oposição a “um diagnóstico que identificava os males nacionais como fruto de uma espécie de onipotência estatal⁷³”.

O pesado investimento na construção de uma epopeia paulista ganhou corpo com a criação, em 1894, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)⁷⁴, mas foi nos anos 1910 e 1920, momento no qual

66 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 87.

67 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 60.

68 – QUEIROZ, Maria Isaura de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. In: *Revista USP*, nº 13, p. 78-87, p. 81-82, 1992; TEIXEIRA, Ana Lúcia. Contribuições de *Pau Brasil* para a consagração bandeirante nos anos de 1920. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 29, nº 86, p. 29-44, p. 33, 2014.

69 – FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 35.

70 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 60.

71 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 48.

72 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 211.

73 – FERRETTI, Danilo J. Zion. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 21, nº 41, p. 59-78, p. 62, 2008.

74 – Como nota Waldman, “[...] se o IHGB apresenta uma pretensão totalizante, depois

as diversas singularidades regionais do país tornaram-se via privilegiada de acesso para discutir questões nacionais⁷⁵, que o empenho institucional atingiu seu ápice, transformando o bandeirante em “eixo interpretativo⁷⁶” da tradição local⁷⁷.

Para dar cabo da tarefa, membros do IHGSP resgataram certa interpretação genealógica da história colonial paulista, elaborada ao redor do último quartel do século XVIII, dedicada à construção de uma identidade regional positiva⁷⁸. Mesmo sem utilizar o termo “bandeirante”, essa literatura linhagística, desprezada durante boa parte da centúria posterior⁷⁹, criava uma “imagem lendária⁸⁰” capaz de fundamentar uma narrativa al-

dele surgem diferentes institutos históricos com falas marcadamente regionais, como é o caso do IHGSP”. WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 93. A autora ressalta, também, o elo entre a família Prado e esse instituto. WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 108.

75 – MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992, p. 79; FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 64; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 106.

76 – TEIXEIRA, Ana Lúcia, *op. cit.*, p. 33.

77 – “As razões para essa recuperação mítica podem ser encontradas na cena econômico-social da época, marcada por uma crise do café e das oligarquias a ele ligadas. Pode-se dizer que a oligarquia cafeeira começa a enfrentar uma crise imposta por uma sociedade que ela mesma ajudara a desenvolver. São Paulo, nesse período, passa a concentrar não só proprietários industriais de origem estrangeira, como também uma grande população operária que, a partir de 1917, intensifica as greves por melhores condições de trabalho, levando ao centro do debate político a questão social. Em uma espécie de resposta a essas transformações em curso, vemos aflorar um forte sentimento de ancestralidade e pertencimento, que se vale da imagem do bandeirante” WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 178.

78 – “Na segunda metade do século XVIII, três indivíduos aparentados, dois deles paulistas e um mineiro de origem paulista, produzem obras que expressam o sentimento de orgulho que os habitantes de São Paulo sentiam das suas origens. São eles Pedro Taques de Almeida Paes, frei Gaspar da Madre de Deus e Cláudio Manuel da Costa. As obras, a *Nobiliarquia Paulistana*, a *Memória Histórica da Capitania de São Paulo* e o poema “Vila Rica”, antecedido de um *Fundamento Histórico*”. MELLO E SOUZA, Laura de. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. In: *Revista de História*, São Paulo: nº 142-143, p. 261-276, p. 274, 2000. Ver, também, ABUD, Katia Maria, *op. cit.*, p. 65-103; SCHNEIDER, Alberto Luiz. A (disputa pela) imagem dos sertanistas de São Paulo na Era Colonial: entre a Lenda Negra e a Lenda Dourada. In: *Revista do IHGSP*, vol. XCVIII, p. 117-136, 2014; FERRETTI, Danilo J. Zion, *op. cit.*, p. 61; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 178.

79 – ABUD, Katia Maria, *op. cit.*, p. 96.

80 – QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *op. cit.*, p. 80.

ternativa às conotações pejorativas muito frequentemente associadas ao passado da região⁸¹. Em outras palavras,

Com o advento da República, [...] alguns intelectuais e estadistas de São Paulo buscaram redimir o passado paulista de tão má fama. [...] passaram, em seguida, a elevar o bandeirante a uma estatura homérica e a exaltar a mestiçagem que ocorreu no planalto como um dos poucos exemplos na história em que absolutamente tudo deu certo⁸².

Importa, aqui, destacar como esse movimento de reconstrução e louvação da singularidade paulista, protagonizado pelos historiadores do IHGSP⁸³, encontrou eco nas reflexões de Paulo Prado, corroborando sua visão específica da epopeia bandeirante. Nesse sentido, pelo menos dois elementos merecem destaque.

Em primeiro lugar, e retomando a oposição assinalada mais acima, a defesa do mameluco como produto de uma mestiçagem apropriada envolveu processo de desqualificação do mulato⁸⁴. Sob o ponto de vista da produção institucional do IHGSP, isso significou total desinteresse sobre a história da tradição escravocrata na região⁸⁵. Mas o outro lado da construção desse “símbolo da pujança paulista⁸⁶” também pode ser evidenciado no discurso de desvalorização da capital federal construído, à época,

81 – MELLO E SOUZA, Laura de, *op. cit.*, p. 275; MOTTA, Marly Silva da, *op. cit.*, p. 34; PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 84; SCHNEIDER, Alberto Luiz & MARTINS, Renato. A expansão paulista em Afonso de Taunay e Sérgio Buarque de Holanda. In: *Revista de História*, São Paulo, nº 178, p. 1-27, p. 3, 2019.

82 – MONTEIRO, John Manuel, *op. cit.*, p. 79-88, p. 83.

83 – Dentre os diversos membros da instituição dedicados ao estudo do passado bandeirante, destacam-se três nomes: “[...] Taunay procurou se distinguir como o descobridor de documentos e o estudioso da epopeia das bandeiras; Ellis Junior como o estudioso da formação da ‘raça paulista’ e Alcântara Machado como o analista dos costumes”. DELLA VALLE, Franco. *Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2015, 159p., p. 13. Conforme ressalta Queiroz, “Por nascimento ou aliança, pertenciam todos eles a velhas famílias paulistas, e seus trabalhos manifestam, explícita ou implicitamente, claro orgulho de linhagem”. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *op. cit.*, p. 82.

84 – MONTEIRO, John Manuel, *op. cit.*, p. 87.

85 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 147.

86 – WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 118.

por parte dessa intelectualidade local⁸⁷. Afinal, se São Paulo originara-se de mistura racial privilegiada, condicionada pelo isolamento geográfico, o Rio de Janeiro, cidade litorânea, fora povoada pelos herdeiros de portugueses identificados com o “parasitismo do Estado peninsular⁸⁸” e negros submetidos à escravidão. Enquanto a Serra do Mar preservava aquela terra dos desmandos governamentais, o carioca acostumara-se, sobretudo – mas não exclusivamente – a partir da transferência da corte portuguesa para o Novo Mundo, aos efeitos deletérios da onipresença estatal, tornando-se refratário ao “*ethos* individualista do ‘homem econômico⁸⁹’”.

Em consonância com essa narrativa, Prado apresentou sombrio panorama da vida colonial no qual a degradação das principais cidades – e do Rio de Janeiro, em particular⁹⁰ – era diretamente proporcional à facilidade de contatos com o mundo exterior. Os ares da vetusta metrópole absolutista, somados aos efeitos nocivos do intenso do tráfico negreiro, fomentaram a passividade das mestiças populações litorâneas. Síntese mal-acabada de diversas e desorganizadas determinações étnicas e culturais, o mulato tornava-se, em *Retrato do Brasil*, representante privilegiado do “organismo precocemente depauperado⁹¹” cuja tristeza conferia tom ao caráter nacional brasileiro.

Fora da órbita do poder público, e em confronto com a natureza hostil, o mameluco formou-se em ambiente onde “tudo se deve à iniciativa privada⁹²”. Em contraste com o espírito anestesiado dos habitantes das regiões costeiras, o caldeamento racial gestado no planalto paulista, distante dos “contágios decadentes da raça descobridora⁹³”, plasmou, já em fins do século XVI⁹⁴, um tipo étnico cuja principal característica, a ânsia de independência, tornou o bandeirante espécie de “baluarte da resistên-

87 – MOTTA, Marly Silva da, *op. cit.*, p. 94-102. Como nota Abud, o movimento de desqualificação estendia-se a outras províncias. ADUD, Katia Maria, *op. cit.*, p. 117.

88 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 134.

89 – MOTTA, Marly Silva da, *op. cit.*, p. 92, 99-100.

90 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 119.

91 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 113.

92 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 144.

93 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 72.

94 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 79.

cia contra as pretensões de mando da metrópole⁹⁵”. O isolamento, assim, convertia-se em autossuficiência⁹⁶.

Em segundo lugar, Prado compartilhava com seus contemporâneos do IHGSP o investimento na construção de uma imagem lendária do bandeirantismo capaz de estabelecer um elo histórico entre a particularidade paulista e a constituição da nacionalidade. Se os insubmissos desbravadores dos sertões teriam sido os grandes responsáveis pela conquista e integração da vasta colônia lusitana nos trópicos⁹⁷, justificar-se-ia a pretensão de torná-los símbolo simultaneamente regional e nacional⁹⁸. O mito bandeirante permitia vertebrar, a partir de São Paulo, um projeto nacional⁹⁹.

Mas se Prado assegurava que “A história do que se chamou a ‘expansão geográfica do Brasil’ não é, em sua quase totalidade, senão o desenvolvimento fatal das qualidades étnicas do tipo paulista¹⁰⁰”, pouco acrescentando, no que diz respeito à gênese desse personagem, ao imaginário corrente do bandeirantismo¹⁰¹, distanciava-se das versões canônicas elaboradas no seio IHGSP ao introduzir, na sua narrativa, o tema da decadência¹⁰². Os bandeirantes, segundo ele, carregavam consigo os germens de sua própria destruição¹⁰³.

Crepúsculo dos (semi)deuses

No prefácio à primeira edição de sua obra inaugural, *Paulística*, Paulo Prado apresenta o esquema interpretativo em linha curva por meio do qual compreende a trajetória da história paulista e, por derivação, nacional:

95 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 60.

96 – SCHNEIDER, Alberto Luiz, *op. cit.*, p. 120.

97 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 172, 105-106.

98 – WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 118.

99 – ABUD, Katia Maria, *op. cit.*, p. 25, 123; BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 143, PICOLI, Fabíola, *op. cit.*, p. 110-111; TEIXEIRA, Ana Lúcia, *op. cit.*, p. 35.

100 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 87.

101 – TEIXEIRA, Ana Lúcia, *op. cit.*, p. 35.

102 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 317.

103 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 152.

Curva ascensional, culminando na expansão colonizadora e mineira do século XVIII [...]; curva descendente, resultante do despovoamento provocado por conquistas e minas, atingindo a degradação política, moral e física dos tempos dos governadores capitães-generais, em que na miséria extrema da província morria vergonhosamente a glória do paulista antigo; curva ascendente para se elevar de novo ao renascimento econômico dos dias de hoje. Nessas oscilações, se continuaram vivos e fortes alguns traços característicos, como a energia sempre rediviva nas lutas pela riqueza, outras virtudes desapareceram, como o anseio de independência, a altivez inquieta e indômita do antepassado piratiningano¹⁰⁴.

Assim como o ariano descrito por Gobineau, o mameluco de Prado, convertido em bandeirante, é dotado de caráter expansivo, pouco interessando à discussão aqui eleita o fato de o primeiro ser apresentado como tipo étnico “puro” e, o segundo, como já derivado de fusões raciais. Importa perceber como, em ambos os casos, eles são impelidos para fora de seus lugares de origem, misturando-se a outros povos. Conforme visto mais acima, para o francês, encontra-se nesse espraiamento a chave última para a criação das civilizações; já o brasileiro, atribuía ao seu protagonista certa “necessidade inelutável¹⁰⁵” que lhe convertera no “herói providencial¹⁰⁶” capaz de cumprir a árdua tarefa histórica de integração nacional¹⁰⁷. Nos dois casos, todavia, o amplo exercício dessas virtudes os conduzia à bancarrota.

Assim como fora o ariano vítima de suas próprias qualidades, o bandeirante perecera “pelo próprio excesso do esforço¹⁰⁸”: “Por um fenômeno histórico tantas vezes repetidos, a própria expansão colonizadora do gênio de um povo veio ferir de morte as forças vivas da sua existência e desenvolvimento¹⁰⁹”. A batalha pela interiorização do Brasil, assegurava Prado, tivera como contraface inevitável o rompimento da segregação

104 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 59-60.

105 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 136.

106 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 147.

107 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 79.

108 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 46.

109 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 72.

que insulava os paulistas nos limites da Serra do Mar. Os filhos mais audazes da região foram exatamente aqueles que, de forma mais intensa, se dedicaram às expedições desbravadoras em busca da fortuna prometida pelas minas. Munidos de “riqueza ancestral”, sintoma do “dinamismo formidável da raça¹¹⁰”, tiveram seus predicados paulatinamente esgotados à medida que abandonavam seu torrão natal e, sedentarizando-se alhures, se misturavam às populações locais¹¹¹. “Se grande no isolamento, São Paulo tornou-se, pelo contato, semelhante ao Brasil¹¹²”.

Por um ângulo, a expansão paulista privava a “velha Piratininga dos tempos heroicos¹¹³” de seus mais resolutos membros¹¹⁴. Por outro, e decisivo lado, o bandeirante, outrora submetido às suas próprias leis, tornava-se, efetivamente, súdito da Coroa. Doravante contaminado pela atmosfera deteriorada emanada do absolutismo metropolitano, ele se convertia, durante o “nefasto século XVIII¹¹⁵” no “paulista da decadência¹¹⁶”.

Tanto para Gobineau, quanto para Prado, o ocaso do tipo étnico privilegiado coincide com sua subordinação ao poder central. Nesse processo, a submissão das linhagens ao nivelamento compromete a chama do patriotismo local. Para o primeiro, o sentimento de apego ao lugar de origem corresponde à antítese da nacionalidade: seu conceito de pátria envolve a reatualização daquele patriotismo rústico e local¹¹⁷ simultaneamente suplantado e recriado, no decorrer do século XVI, no processo de consolidação do Estado nacional francês¹¹⁸. Trata-se, segundo Gobineau, de caminho sem volta: a inexorável centralização transformara definiti-

110 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 46.

111 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 150-151.

112 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 197.

113 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 61.

114 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 157.

115 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 61-62. Ver, também, PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 72.

116 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 90.

117 – Trata-se da *petit patrie* que “[...] evoca a terra, os mortos, a terra, esse grande ossuário de mortos”. FEBVRE, Lucien. *Honneur et patrie*. S/L: Perrin, 1996, p. 144.

118 – ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 232.

vamente aquele patriotismo dantes associado à herança familiar em sentimento de fidelidade ao rei¹¹⁹.

Já o paulista, nos anos 1930, clamava pelo “justo equilíbrio das forças centrípetas e centrífugas¹²⁰”: evitar o “desastre final¹²¹” implicaria reconhecer e incentivar a diversidade regional brasileira, de modo que o “orgulho comum da história pátria” convivesse com o “amor da independência local e da autonomia [...]. Duas fidelidades, dois patriotismos¹²²”.

O pleito de Prado parecia sugerir certa dimensão propositiva, entretanto raros são os intérpretes de sua obra¹²³ que nela identificam efetiva possibilidade de superação dos dilemas nacionais. A maioria, em oposição, destaca seu pessimismo¹²⁴, interpretando até mesmo seu famoso e pouco claro apelo à revolução¹²⁵, no *Post-Scriptum a Retrato do Brasil*, como mero “recurso metafórico¹²⁶”.

Em seu último escrito, o “Prefácio à 2ª edição” de *Paulística*, ele, de fato, afirmava não ter percebido “no aparente anulamento das virtudes cívicas do piratiningano, a mesma hibernação que já assinalara no sinistro período dos governadores do século XVIII¹²⁷”. Por isso, na tiragem de 1925, Prado identificara a degeneração e posterior extinção da aristo-

119 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, p. 117-118.

120 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 54.

121 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 53.

122 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 54.

123 – FERREIRA, Clayton José, *op. cit.*, p. 73; GAIO, Henrique Pinheiro Costa. Entre passado e futuro: pessimismo e ruína em Retrato do Brasil de Paulo Prado. In: *Revista Maracanan*, nº 16, p. 169-187, p. 170-173, jun. 2017.

124 – CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2009, p. 141; LEITE, Dante Moreira de. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p. 352; PRADO, Maria Emília. Leituras da colonização portuguesa no Brasil do século XX. In: *Revista Intellectus*, ano 5, vol. 1, p. 1-14, p. 7, 2006; SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 119; 1970:29; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 142-144.

125 – NOGUEIRA, Marco Aurélio. Paulo Prado: Retrato do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2004, p. 191-213, p. 209-210.

126 – DUTRA, Eliana, *op. cit.*, p. 247.

127 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 48-49.

cracia rural, “último reduto do tipo ancestral¹²⁸”. Em São Paulo, a onda migratória, gêmea do industrialismo cosmopolita, substituíra “o laço íntimo e profundo que liga ao solo¹²⁹” por uma “massa gregária¹³⁰” alheia aos destinos coletivos. Em outras palavras, ele narrava o canto do cisne do tipo paulista, “epígono prestes a desaparecer¹³¹” devido à sua diluição progressiva no pujante caldeamento étnico que formaria, mais cedo ou tarde, uma nova raça.

A mudança de tom de uma edição a outra pode ser analisada, entretanto, menos como um efetivo laivo de otimismo de um autor cuja obra já foi definida como “o avesso de um paradigma do nacional¹³²”, do que como impacto da Revolução Constitucionalista de 1932. Essa é, por exemplo, a interpretação de Calil, para quem o prefácio de 1934, “é obra de um desencantado¹³³”.

Considerações finais

Compreender a frustração de Prado envolve resgatar suas afinidades eletivas com Gobineau, sugeridas na introdução desse artigo. A título de conclusão trata-se, agora, de ilustrar a hipótese segundo a qual tanto o ariano, quanto o bandeirante, são construções históricas capazes de revelar certa “índole aristocrática¹³⁴” compartilhada pelos dois autores.

Vimos como, no *Essai*, os diversos casos de ascensão e queda das civilizações convergem para uma narrativa específica: a uma organização social aproximada a uma particular idealização da época medieval, segue-se a introdução de elementos exógenos nos temas de natureza pública. A heterogeneidade derivada do poder local conferido às distintas estirpes soçobrava em face da missão unificadora típica da construção do moderno Estado-nação ocidental. Nesse processo, a massa se ergueria à

128 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 90.

129 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 90.

130 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 253.

131 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 91.

132 – DUTRA, Eliana, *op. cit.*, p. 247.

133 – CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2004, p. 27.

134 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 10.

custa das grandes famílias e, conseqüentemente, a linhagem sucumbiria à igualdade¹³⁵. Por isso, nem o elo genealógico estabelecido, pelo diplomata francês, entre ele e *Ottar Jarl*, tem qualquer potencial regenerador: ao se constituir como seu derradeiro descendente, o vigor ariano pereceria no túmulo de Gobineau.

Ora, Prado, igualmente, se colocava em relação de ancestralidade com seu personagem bandeirante¹³⁶. Em um momento histórico no qual São Paulo fora invadida por novos e múltiplos atores sociais, ele filiava-se a uma historiografia que reivindicava exclusivamente para a aristocracia rural vinculação ao heroico passado desbravador¹³⁷. Mas o pesado investimento simbólico não impediu a ascensão social de ádvenas desprovidos de conexão profunda com o solo, elo necessário à criação e à manutenção do caráter coletivo. Ao fim e ao cabo, assim como o sangue ariano, a herança das bandeiras, patrimônio das robustas linhagens, parecia condenada à extinção: se Gobineau antevira a *era da unidade*, Prado assegurava que “Em São Paulo, está prestes a se extinguir, numa mutação de cena, o primitivo quadro em que se desenrolou a sua história¹³⁸”.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em abril de 2021

135 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, 2012, p. 16.

136 – CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2004, 15.

137 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 178-179; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *op. cit.*, p. 84-85.

138 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 210.